

Concurso de Práticas Exitosas do XV Congresso Nacional Das Defensoras e Defensores Públicos

“DEFENSORIA PÚBLICA, FUTURO E DEMOCRACIA: SUPERAÇÃO DE RETROCESSOS E NOVOS DESAFIOS”

PROJETO SOCIAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

**“CONVERSANDO SOBRE DIREITOS, DEVERES,
DEMOCRACIA E CIDADANIA”**

Realizadores(as):

Cristiane Johann

Juliana Coelho de Lavigne

Mário Rheingantz

I – INTRODUÇÃO

O tema proposto para debate nesta edição do Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos vem inserido num contexto fático de fragilidade democrática, com crise ética, política, econômica e social, marcada por retirada de direitos (conquistados a duras penas), retorno do país ao mapa da fome, discursos de intolerância, aumento de denúncia de racismo, abuso de autoridade, frequentes atos antidemocráticos e estímulo à desconfiança no sistema eleitoral. Segundo relatório Variações da Democracia (V-Dem), do Instituto ligado à Universidade de Gotemburgo, na Suécia, o Brasil é o “quarto país que mais se afastou da democracia em 2020 em um ranking de 202 países analisados”¹. A situação levou o Comitê de Direitos da ONU a expedir documento ao Brasil em abril

¹ Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56724695> consultado em 1o/05/22

do corrente ano visando obter esclarecimentos a respeito². Desta forma, é possível dizer que testemunhamos um processo que, na visão de CARBONARI (2021, p. 37)³, vai além de retrocesso, pois “tanto a democracia, quanto os direitos humanos e a educação em direitos humanos estão “sob ataque”, de cercamento, de destruição”.

Nesse cenário, tendo em mente a nova configuração institucional trazida pela EC 80/14 que traz a Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático, com missão de promoção dos direitos humanos, um grupo de Defensoras e Defensores Públicos do Rio Grande do Sul iniciou um movimento de atuação gradual e constante nos ambientes escolares, objetivando fomentar a educação em e para os direitos humanos, com vistas ao exercício ativo da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Essa atuação se realizou a partir do ano de 2019 por meio de um Projeto Social de Educação implantado pela Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul – ADPERGS – ao qual se nominou “Conversando sobre Direitos, Deveres, Democracia e Cidadania”, alcançando públicos com diferentes olhares sobre o tema dos direitos humanos, e que permanece ativo.

II – DESENVOLVIMENTO:

O projeto foi criado e implementado tendo como foco a possibilidade de transformação social que ele fomenta, pois compartilhamos do entendimento de SILVA (2011, p. 23) no sentido de que uma forma de se construir uma cultura democrática, com o exercício pleno da cidadania e respeito aos direitos humanos, é fomentando a “educação

2 Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/04/16/onu-pede-explicacao-por-ameacas-a-democracia-e-direitos-humanos-no-brasil.htm> . Acesso em 21/06/22.

3 CARBONARI, P. C. Democracia e direitos humanos: aprendizagens para a educação em direitos humanos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 35–45, 2021. DOI: 10.5016/ridh.v9i2.97. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/97>. Acesso em: 19 maio. 2022.

em direitos humanos no processo de formação cidadã, ampliando cada vez mais seu raio de ação a todos os espaços educacionais e favorecendo sua existência em todas as instituições do Estado”.

Além disso, a educação de qualidade almejada como um dos objetivos da Agenda 2020 envolve a formação integral do cidadão, com a transmissão de valores humanísticos que apontem para uma cultura de respeito aos direitos humanos, conhecimento acerca desses e das formas de reivindicá-los.

Nesse caminho de educação humanística e democrática, as parcerias com as escolas têm sido construídas a partir da apresentação do Projeto a professor que seja conhecido do(a) Defensor(a) Público(a) ou à coordenação pedagógica de escola com quem se deseje colaborar em virtude de proximidade, de interesse ou de notícia sobre problemas envolvendo algum aluno, professor ou membro da comunidade escolar. Feito isso, a escola avalia com o corpo docente os assuntos a serem abordados – podendo ser inclusive algum tema que já esteja sendo trabalhado pela escola ou em determinadas séries -. Nessa busca, é importante atentar para o ensinamento de CANDAU (2008, p. 292):

“No que diz respeito aos temas a serem trabalhados, devem ser definidos tendo-se presente as “características e interesses de cada grupo, mas sempre situando as questões abordadas num contexto social amplo e em relação à problemática e conceitos fundamentais relacionados aos Direitos Humanos.”.

Há materiais de apoio previamente confeccionados para dar suporte aos colegas que se prontificam a realizar as atividades, sendo sempre ressaltada a importância de possibilitarem a interação com os participantes, visando uma construção conjunta de

conhecimentos, tendo em vista que a educação em e para os direitos humanos se faz também a partir da metodologia aplicada, com oportunidades de vivência democrática/participativa.

As primeiras atividades do projeto foram desenvolvidas de forma presencial na cidade de São Leopoldo – da região metropolitana de Porto Alegre/RS -, primeiramente para um grupo de professores e, após para os conselhos escolares⁴. As atividades com os professores contemplaram a legislação nacional e internacional sobre a educação em direitos humanos, buscando legitimar a abordagem do assunto num cenário em que crescia o movimento da “escola sem partido” e os professores se sentiam inseguros para falar no assunto em sala de aula.

Segue registro da atividade publicado na página da SMED/SL:



Fonte: https://facebook.com/pg/smedsaoleopoldo/post/?ref+page_internal (Publicado na página da SMED/SL) em 10/06/19, consultado em 29/10/19

Tivemos a satisfação de ter como retorno da Secretaria de Educação do município a afirmação de que os professores manifestaram mais segurança para abordar diversos assuntos polêmicos após as falas dos(as) Defensores(as) Públicos(as). Acreditamos que esse apoio e também a presença de agentes de uma Instituição de Estado – como é a Defensoria Pública – a fomentar a discussão é essencial no atual momento político social em que há, inclusive, tentativa de controle da autonomia profissional do educador, conforme BITTAR (2021, p. 18).

Essa aferição sobre a efetiva contribuição é de fundamental importância para o aperfeiçoamento do projeto e tem sido realizada através de conversas com os funcionários da Secretaria de Educação, Coordenadores Pedagógicos, professores envolvidos, mediante troca de e-mails e também mediante a aplicação de enquete.

A enquete inicialmente aplicada foi elaborada a partir da análise dos resultados de pesquisa feita pelo Instituto IPSOS em 2018 (que traz a manutenção de uma visão distorcida acerca do tema dos direitos humanos por parte de 66% dos entrevistados⁵), sendo permanente a preocupação acerca da linguagem utilizada pelo Defensor (a) Público(a), que precisa ser simples e acessível. Se procurou elaborar algo simples que pudesse ser preenchido rapidamente pelos participantes da comunidade escolar ao final das atividades⁶:

AVALIAÇÃO	SIM	EM PARTE	NÃO
A atividade lhe trouxe conhecimentos novos?			
A atividade utilizou linguagem adequada?			
A atividade mudou sua visão sobre o tema?			

5 Disponível em <https://www.ipsos.com/pt-br/63-dos-brasileiros-sao-favor-dos-direitos-humanos>. Acesso em 20/06/22.

O acompanhamento das primeiras atividades e a análise dos resultados confirmam a mistificação do tema e a contribuição dos(as) Defensores(as) para uma correta interpretação, sendo verificado pela apuração das enquetes que para 80,64% dos participantes as atividades trouxeram conhecimentos novos, ensejando outra visão acerca do tema para um percentual de 69,35% dos participantes.

Com o advento da pandemia as atividades foram adaptadas para o formato virtual, podendo ser referida como exemplo a atividade realizada em 2020 a respeito do papel transformador do professor, onde buscamos incentivar a atuação dos professores para transformação social⁷. A enquete também foi adaptada para utilização de forma virtual, possibilitando contribuições espontâneas que foram importantes para nossa avaliação, dentre as quais cabe referir falas sobre a importância da discussão do tema e de solicitação de mais atividades deste tipo com os(as) Defensores(as) Públicos(as).

Tendo em vista os retornos positivos das atividades do Projeto, em abril de 2021 foi assinado convênio da Defensoria Pública com a ADPERGS, visando a implementação do Projeto Social de Educação em todo o Estado, fomentando a participação de todos(as) os(as) Defensores(as) Públicos(as) nas comunidades escolares⁸.

Entendemos que a educação em e para os direitos humanos é uma atuação que precisa ser constante e que tem na adesão dos professores um componente essencial. Para viabilizar uma educação transformadora se faz necessário construir espaços de participação dos alunos na escola e inserir essa educação em direitos humanos como um dos eixos norteadores dos Projetos Político-pedagógicos. Segundo CANDAU (2008, p.

7 Disponível em <https://adpergs.org.br/adpergs-promove-a-live-educacao-em-direitos-humanos-e-o-papel-transformador-do-professor/>. Acesso em 19/06/22

8 Disponível em <https://www.defensoria.rs.def.br/dpe-rs-e-adpergs-assinam-convenio-de-implementacao-do-projeto-social-educacao-em-direitos> . Acesso em 21/06/22.

296), isso ainda constitui um grande desafio. Segundo afirma, “ainda é tímida a introdução da temática dos Direitos Humanos na formação de professores e educadores em geral”, a nível inicial e de forma continuada e sua inserção é urgente.

Assim, as atividades envolvendo capacitação de professores têm sido demandadas com bastante frequência, já tendo sido abordados assuntos diversos, conforme a necessidade de cada grupo, a saber:

Região	Ano	Assunto	Público
São Leopoldo/RS	2019	Legislação e Educação em Direitos Humanos	Professores da rede pública municipal
Novo Hamburgo/RS	2019	Histórico e legislação sobre Direitos Humanos	Professores de 5º a 9º ano rede estadual
São Leopoldo/RS	2020	Histórico dos direitos humanos, limites de atuação do Conselho Tutelar, Mediação de conflitos, papel transformador do professor	Professores da rede pública municipal de ensino
Metropolitana de POA/RS	2021	Educação como Direito Humano e Liberdade de Cátedra	Professores dos Institutos Federais
São Leopoldo/RSA	2021	Ensino cultura afro e indígena na escola	Professores da rede municipal
Três Passos	2021	Educação em Direitos Humanos e Cidadania	Professores rede municipal
São Leopoldo/RS	2021	Racismo e Injúria Racial com uso da Cartilha da ANADEP	Professores da rede pública municipal
Caxias do Sul/RS	2022	Educação em Direitos Humanos e Violência Doméstica	Professores da rede pública estadual
Caxias do Sul/RS	2022	Identidade de gênero	Professores da rede pública estadual

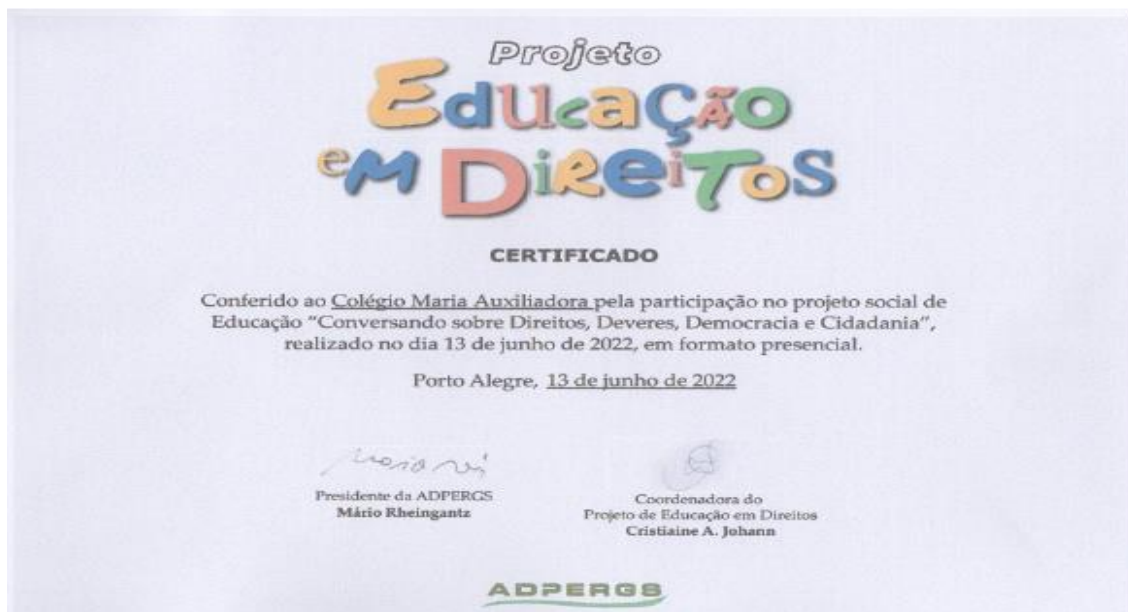
R. Metropolitana de POA/RS	2022	Educação para a equidade racial (uso da cartilha da ANADEP)	Professores da rede municipal
----------------------------	------	--	-------------------------------

Com a realização de mais atividades de forma virtual com professores, aperfeiçoamos a enquete utilizando o formulário *google forms*, de modo a colher autorização para publicação das respostas sem identificação dos participantes (para incentivar a prática divulgando as atividades) e inserir perguntas específicas ao público docente sobre o benefício dessas atividades.

Quanto às atividades com os alunos, estas restaram suspensas por mais de ano em virtude da pandemia, mas com o retorno das aulas presenciais no segundo semestre de 2021, foram retomadas e têm ocorrido com abordagem em diversos temas (sempre de forma a contemplar a importância da defesa dos direitos humanos e da democracia):

Região	Ano	Assunto	Público
São Leopoldo/RS	2019	Que país eu quero para o futuro?	8º e 9º anos
Canoas/RS	2020	Violência Doméstica	EJA
Taquara/RS	2021	Empatia e bullying	6º e 7º anos
Taquara/RS	2021	Convívio Social e regras	1º ano - Ens. Médio
Três Passos/RS	2021	Dir. Humanos e cidadania	8º e 9º anos
São José do Hort.	2021	Direitos e Deveres; ECA	8º e 9º anos
Canguçu	2022	Cidadania e Ed. em Direitos	8º e 9º anos.
Porto Alegre/RS	2022	Dir. Hum. e violência dom.	8º e 9º anos
Canoas/RS	2022	O exercício da cidadania na form. da sociedade que queremos	2º e 3º anos - Ensino Médio

Ao final das atividades são conferidos certificados expedidos pela ADPERGS aos colegas participantes, estimulando a prática, bem como às escolas participantes.



III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que a prática tem tranquilizado bastante os professores para a abordagem dos assuntos relacionados aos direitos humanos em sala de aula, contribuindo para a desmistificação acerca do tema. Além disso, a prática tem fomentado o interesse sobre os direitos e os deveres em sociedade, as formas de exercê-los e reivindicá-los, instigando ao exercício de uma cidadania ativa.

De outro lado, a realização das atividades em ambientes escolares tem proporcionado bastante divulgação acerca do trabalho desempenhado pela Defensoria Pública para a defesa e garantia dos direitos humanos, sendo perceptível grande valorização das equipes escolares pela presença de um integrante do Sistema Brasileiro de Justiça.

Acreditamos que a atuação dos (as) Defensores(as) Públicos(as) nas comunidades escolares com diálogo, visando contribuir na tarefa de educar para a cidadania (que é de responsabilidade de toda a sociedade), reforça a importância da educação para a

construção de uma sociedade mais justa, proporcionando também o fortalecimento da democracia e da própria Instituição.

REFERÊNCIAS:

BITTAR, Eduardo CB. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil: um cenário obscuro de implem.. *Latin American Human Rights Studies*, v.1, 2021

CANDAU, Vera M.Ferrão; in BITTAR, Eduardo C. B. Bittar; Educação e Metodologia para os Direitos Humanos, 2008, Quartier Latin Editora, p. 296

CARBONARI, P. C. Democracia e direitos humanos: aprendizagens para a educação em direitos humanos. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru*, v. 9, n. 2, p. 35–45, 2021. DOI: 10.5016/ridh. v9i2.97. Disponível em:

<https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/97> . Acesso em: 19/5/22.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, v. 27, n. 1, 2011, p. 18